

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

SEMINÁRIO 200 ANOS DE MARX:
DEMOCRACIA E SOCIALISMO NO SÉCULO XXI
Auditório 411 – CCHLA – 5 de dezembro 2018 – 19hs

RESUMO

O Seminário "200 anos de Marx: Democracia e socialismo no séc. XXI" tem o objetivo de discutir a atual problemática da realização da democracia na sociedade de massas, bem como as contribuições da crítica socialista sobre a importância da democracia substancial, ou como K. Marx disse, da "verdadeira democracia".

A relação entre democracia e socialismo advém dos debates críticos contemporâneos sobre o socialismo e seus liames ou rupturas com os regimes democráticos. Tal temática reiteradamente retorna ao debate e seu substrato teórico mais fundamental permanece sendo o pensamento de K. Marx. Deste modo, por ocasião do bicentenário do autor, propomos este seminário no intuito de pensar nossa realidade política imediata.

METODOLOGIA

O evento será composto por duas mesas com dois expositores em cada mesa. Foram convidados pesquisadores de áreas afins, mas com posições teórico-políticas divergentes com o intuito de apresentar as diferentes faces do problema. Após 40 minutos de fala de cada expositor, será aberto ao público para debate.

OBJETIVOS

Além do objetivo específico de discutir os nexos e os limites da relação entre democracia e socialismo na contemporaneidade, este evento visa promover a divulgação do conhecimento produzidos por pesquisas no âmbito da pós-graduação com intuito de contribuir com a formação de discentes da graduação, pós-graduação, estabelecendo o diálogo com outros docentes de áreas afins.

PROGRAMAÇÃO

Coordenação: profa Luciana Aliaga

05 DE DEZEMBRO DE 2018

17h Lançamento de livros auditório 412

Mesa 1. Dia 05 de dezembro as 19h. "Há atualidade no socialismo?"

Giuseppe Tosi (UFPB) e Gianni Fresu (UFU)

06 DE DEZEMBRO DE 2018

Mesa 2. Dia 06 de dezembro as 19h. "Socialismo e democracia no Brasil"

Marco Mondaini e Plínio de Arruda Sampaio Jr.

BICENTENÁRIO DE MARX. Qual Democracia e qual Socialismo para o Século XXI.

Giuseppe Tosi¹

Resumo

O tema é a atualidade do socialismo, que vou desenvolver em três pontos:

i) a crítica de Marx à democracia burguesa ou liberal, a partir da distinção entre emancipação política e emancipação humana;

ii) A crítica de Bobbio à concepção de democracia de Marx, e a sua proposta de uma conciliação entre liberalismo e socialismo, através do liberalismo social ou do socialismo liberal;

iii) a crise atual do liberalismo político e social diante do surgimento e afirmação do liberalismo econômico e do populismo (sobretudo de direita).

Conclusão: a perspectiva socialista está se afastando sempre mais do horizonte político do Ocidente e mais em geral do mundo.

1. Marx: socialismo reformista *versus* socialismo revolucionário.

Toda a obra de Marx é perpassada pela dialética entre emancipação política e humana desde a juventude até a maturidade. Em *A questão judaica*, Marx reconhece que a emancipação política é um progresso, mas que permanece dentro da ordem vigente e apela para uma verdadeira emancipação humana:

A emancipação política de fato **representa um grande progresso**; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana *dentro* da ordem mundial vigente até aqui. Que fique claro: estamos falando aqui de emancipação real, de emancipação prática (MARX, 2010, p. 54).

Décadas mais tarde, na *Crítica ao Programa de Gotha*, Marx (s/d) retomava esta distinção e alertava para o perigo de que o programa se limitasse a uma emancipação política e perdesse de vista a verdadeira emancipação humana; ou seja, que partido social-democrático alemão perdesse de vista a perspectiva revolucionária em nome de concessões e compromissos que o programa assumia com a burguesia e o Estado burguês (inspirados no pensamento de Lasalle). Marx ao contrário, reafirma decididamente que o objetivo final é a superação radical da sociedade burguesa:

Na fase superior da sociedade comunista, quando houver desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, o contraste entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho não for somente um meio de vida, mas a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento dos indivíduos em todos os seus aspectos, crescerem também as forças produtivas e jorrarem em caudais os mananciais da riqueza coletiva, só então será possível ultrapassar-se totalmente o estreito horizonte do direito burguês e a

¹ Full Professor retired of Federal University of Paraíba, Brazil. Esse texto, apresentado na mesa temática com o prof. Gianni Fresu (UFU) em 2018, não foi publicado, e mantém as características de uma apresentação oral.

sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: de cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades (MARX, s/d, p. 214).

Mas como chegar a este objetivo? Como agir no período de transição para o comunismo, sem trair o horizonte revolucionário? Esta é a questão crucial para todo o movimento comunista: Marx alerta com insistência dos perigos que uma transição “moderada” comporta.

Cabe, então, a pergunta: que transformação sofrerá o Estado na sociedade comunista? Ou, em outros termos: que funções sociais, análogas às atuais funções do Estado, subsistirão então? Esta pergunta só pode ser respondida cientificamente, e por mais que combinemos de mil maneiras a palavra povo e a palavra Estado, não nos aproximaremos um milímetro da solução do problema. (MARX, s/d, p. 221).

Marx apela para a “cientificidade” do socialismo, mas pouco ou nada diz sobre o tipo de Estado que precisa construir². Para responder a esta questão, se limita a citar a canônica “ditadura do proletariado” que havia já aparecido no *Manifesto do Partido Comunista*:

Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista medeia o período da transformação revolucionária da primeira na segunda. A este período corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser outro senão **a ditadura revolucionária do proletariado**. O programa, porém, não se ocupa desta última, nem do Estado futuro da sociedade comunista (MARX, s/d, p. 221).

Esta é a principal crítica de Marx ao programa: arrisca de perder de vista o horizonte revolucionário ao defender bandeiras “democráticas” totalmente insuficientes, que permanecem dentro do horizonte do Estado burguês:

Suas reivindicações políticas não vão além da velha e surrada **ladainha democrática**: sufrágio universal, legislação direta, direito popular, milícia do povo, etc. São um simples eco do Partido Popular burguês, da Liga pela Paz e a Liberdade (MARX, s/d, p. 221).

O equívoco do Programa é a ilusão de que, dentro do Estado capitalista e burguês, possa surgir uma “República democrática” que permita a transição ao comunismo, sem a ditadura do proletariado, ou seja, sem a derrubada violenta da burguesia. O programa se ilude de arrancar esta república democrática

a um Estado que não passa de um despotismo militar de arcabouço burocrático e blindagem policial, guarnecido por formas parlamentares, de mistura com ingredientes feudais e já influenciado pela burguesia; e, ainda por cima, assegurar a este Estado que alguém imagina conseguir isso dele “por meios legais”! (MARX, s/d, p. 222).

Marx chama esta estratégia de “democratismo” que esquece o objetivo de “travar a batalha definitiva da luta de classes” para derrubar o Estado burguês.

Por isso, medidas como “cooperativas, sufrágio universal, legislação direta, direito popular, milícia do povo, um imposto único e progressivo sobre a renda,

² Bobbio vai colocar com muita propriedade a questão de que há em Marx (e no marxismo) uma teoria da transição, mas não uma teoria do Estado comunista. (BOBBIO, 1983, p. 37-54). “Existe uma doutrina marxista do Estado?”.

educação popular geral e igual a cargo do Estado, assistência escolar obrigatória para todos, instrução gratuita, liberdade de ciência, liberdade de consciência, jornada normal de trabalho, proibição do trabalho das mulheres e do trabalho infantil”, etc. são consideradas por eles medidas paliativas, “fanfarrônicas e superstições democráticas” porque atuam dentro dos limites burgueses e “não tem nada a ver com o socialismo” (MARX, s/d, p. 223).

Apesar de Engels afirmar, em 1891, na apresentação na obra, que “o programa de Gotha foi abandonado em Halle [num outro congresso], como absolutamente inservível, inclusive por seus próprios autores”, foi justamente este o caminho que, na prática, o movimento operário e a socialdemocracia alemã e de outros países europeus seguiram nas décadas sucessivas, pelo menos, até a primeira guerra mundial.

Foi o caminho da reforma e não da revolução, da ampliação dos espaços democráticos e não da ditadura do proletariado, que marcou uma época de desenvolvimento de uma democracia de massa e inclusiva, até a ruptura da Revolução de Outubro na qual Lênin seguiu fielmente as críticas de Marx ao programa de reformas de Gotha e promoveu a ditadura do proletariado, que aos poucos se transformou na ditadura do partido sobre o proletariado³.

A este respeito, o debate entre Kautsky (1979) e Lênin (1977) sobre o caráter da revolução soviética mantém a sua atualidade e relevância (LYRA, 2013). Com relação à ditadura do proletariado, enquanto Lênin mantinha uma fidelidade quase que literal a Marx, Kautsky operava uma revisão do pensamento marxiano, pelo menos em dois pontos fundamentais: criticando as teorias da ditadura do proletariado e da extinção do Estado no comunismo.

Escreve, a respeito da primeira questão, Rubens Pinto Lyra (2013, p. 140):

Na sua obra *A ditadura do proletariado*, Kautsky procede à revisão do pensamento de Marx o conceito de ditadura do proletariado e o sobre o fim do Estado. Sobre a **ditadura do proletariado**, Kautsky se exprime nos seguintes termos: “é verdade que a democracia não dá a certeza da transição pacífica, mas infalivelmente essa transição é impossível sem democracia” (1979, p. 30). Em 1919, ele propôs uma substituição do termo de “ditadura” por “domínio”, de tal forma que não se fosse induzido a pensar que o regime de transição para o socialismo seria antidemocrático.

E sobre a extinção do Estado, escreve:

Kautsky também critica a utopia marxiana da **extinção do Estado**, reiteradamente defendida pelos bolcheviques. A ditadura exercida por estes demonstra que não é possível conceber a eliminação da burocracia vez que as empresas, os sindicatos e as cooperativas e os partidos políticos não podem prescindir de funcionários especializados já que o povo não pode administrar a si mesmo. Ele tem, “[...] necessidade de seus próprios órgãos para a realização de assuntos concernentes à administração de suas organizações. Tem necessidade, sobretudo, da mais poderosa de suas organizações: do Estado. Em lugar de autogoverno, é melhor se falar de autodecisão do povo [...]”. (LYRA, 2013, p. 141).

³ Marx, ao final, parece um ideólogo alemão, do tipo que ele criticava em *A ideologia alemã*, mais preocupado com a ortodoxia da teoria do que com a sua capacidade de explicar a realidade. Se a realidade se demonstrasse refratária pior para ela, o importante era manter a pureza da doutrina; postura esta que dará origem à longa tradição da escolástica marxista, que então começaria com o próprio Marx.

Concluindo que:

Assim, para Kautsky, o Estado, como órgão regulador, é necessário sob o socialismo, embora expungido de seu conteúdo de classe. Isso porque que a sociedade continuaria a necessitar de um órgão que contenha seus impulsos particularistas. Quer dizer, de um novo Estado, apoiado numa “democracia sem classes” (LYRA, 2013, p. 141).

Quem dos dois foi fiel ao pensamento de Marx, é difícil dizer: talvez os dois: Kautsky porque, como Marx, sabia que a transição ao socialismo se daria em um país capitalisticamente avançado e de uma forma se não propriamente pacífica, de certa maneira “natural” a partir da explosão das contradições que o próprio sistema geraria sem precisar recorrer à violência revolucionária; Lênin porque, como Marx, não acreditava na via pacífica nem para o Oriente nem para o Ocidente, e assumia as críticas de Marx as “fanfarrônicas do democratismo” e a uma visão moderada e etapista da revolução. Em suma Lênin nunca foi um democrático e sempre desprezou a democracia burguesa, criando assim uma longa geração de seguidores neste caminho até hoje.

2. Bobbio: Liberalismo, democracia e socialismo⁴.

Bobbio critica a ideia marxiana de revolução no ensaio em que afirma que não há propriamente uma doutrina do Estado em Marx, mas somente uma doutrina da transição (BOBBIO, 1983). Ele advoga tanto uma possível conciliação entre liberalismo e democracia, como uma vinculação entre democracia e socialismo. Bobbio entende que é possível uma leitura do socialismo como herdeiro do Iluminismo e da Revolução francesa, que dá continuidade às bandeiras de liberdade, igualdade e fraternidade sem uma ruptura revolucionária (como defendiam Marx e Lenin), mas através de um lento e constante processo de reformas que conciliasse as liberdades fundamentais (que não são somente burguesas) com uma concepção de igualdade material, pelo menos como igualdade de oportunidades, que exigia uma intervenção positiva do Estado na economia e na sociedade para a sua realização; e que realizasse isso sem violência, ou com a violência legítima do Estado de Direito.

Bobbio cita a doutrina dominante da incompatibilidade entre socialismo e liberalismo, em um ensaio intitulado *Tradição e Herança do Liberal-socialismo*:

No nível ideológico, por um lado, o socialismo – em sua manifestação histórica mais influente por tradição, que na Europa de certo é a marxista, e depois nos países de socialismo real, o marxismo-leninismo – tem como adversário principal o liberalismo, interpretado como manifestação do pensamento individualista burguês, do ideal do *homo œconomicus*, que transforma toda relação humana numa relação de intercâmbio utilitarista. Por outro lado, o pensamento liberal, em suas argumentações teóricas mais acabadas e argumentadas, considera como seu principal adversário o socialismo, seja ele econômico, político ou filosófico” (BOBBIO, 2003, p. 511 e 513).

Bobbio critica esta contraposição em nome de uma possível conciliação:

⁴ TOSI, G. Democracia, Liberalismo e Socialismo em Norberto Bobbio. Uma resposta a Vitullo e Scavo. *RIDH* | Bauru, v. 5, n. 2, p. 51-78, jul./dez., 2017 (9)

A ideia de que o socialismo não é a antítese do liberalismo, mas, de certa maneira, sua continuação e complementação é o principal enfoque do socialismo liberal italiano. Não devemos esquecer que Carlo Rosselli se inspirou em Rodolfo Mondolfo, que, apesar de se declarar marxista, ressaltou o aspecto humanista do pensamento de Marx [...] No começo do século Mondolfo escreveu um ensaio *Da Declaração dos direitos ao Manifesto dos Comunistas* (1906), no qual se propunha claramente pôr em relevo a novidade na continuidade, interpretando o marxismo como fruto de amadurecimento natural dos ideais da Revolução Francesa, e não como uma ruptura violenta com o passado (p. 511).

E continua:

Em termos um tanto esquemáticos, a emancipação política, que foi obra da Revolução Francesa, teria sido seguida pela emancipação econômica. Aliás, a Revolução Francesa foi precedida, por sua vez, com a Reforma e o processo de secularização dela decorrente, pela emancipação religiosa. As emancipações religiosas e política esperavam ser complementadas pela emancipação econômica. [...] As duas primeiras formas de emancipação tiveram êxito; a terceira mostrou-se mais difícil (p. 513)

Concluindo que:

[...] Todavia o remédio que ele [Marx] propôs, ou que os movimentos políticos dele decorrentes procuraram aplicar, teve os efeitos perversos que todos vemos hoje em dia. Foi justamente esse efeito perverso que, nos últimos anos, ressuscitou o ideal do socialismo liberal (p. 513).

Em suma, Bobbio procura conciliar a liberdade negativa do liberalismo (de não interferência na esfera privada) com a liberdade positiva do Estado provedor de direitos básicos, tanto civis e políticos como econômicos e sociais. Trata-se ao final não de um mero desejo, mas de uma realidade histórica que vingou na Europa do *welfare-state* e do Estado como propulsor da reconstrução e do desenvolvimento econômico e social, nas décadas que seguiram a segunda guerra mundial, pelo menos, até a queda do comunismo no começo dos anos 90.

Mas não é somente Bobbio que defende esta tese: a democracia, como regras do jogo, mas também como garantia das liberdades e dos direitos individuais e coletivos, (cuja afirmação contou com a contribuição decisiva da classe trabalhadora contra o liberalismo econômico), é algo reconhecido por dirigentes e intelectuais marxistas e socialistas que chegaram a afirmar a democracia como “valor universal” (BERLINGUER, 2009)⁵.

No Brasil, Carlos Nelson Coutinho, um dos mais importantes pensadores marxistas, em 1979, no livro *A Democracia como valor universal* fazia uma importante distinção entre gênese e validade:

Se quisermos ser fiéis ao *método* de Lênin, temos de chegar à seguinte conclusão: é verdade que o conjunto das liberdades democráticas em sua forma moderna (o princípio da soberania e da representação popular, o reconhecimento legal do pluralismo etc.) tem sua *gênese histórica* nas revoluções burguesas, ou mais precisamente, nos amplos movimentos populares que terminaram (mais ou menos involuntariamente) por abrir o espaço político necessário à consolidação e

⁵ “Universal”, neste debate que se deu em plena guerra fria, deve ser entendido como um valor fundamental para a superação da histórica divisão entre os países da Europa do Leste e do Oeste, mas também da divisão do movimento socialista desde a revolução soviética. Sabemos como estas tentativas que teve o nome de *Eurocomunismo* na Europa ocidental, e de *Glasnost* e *Perestroika* na União Soviética não tiveram êxito.

reprodução da economia capitalista; mas é igualmente verdade que, para o materialismo histórico, não existe identidade mecânica entre *gênese* e *validade*.

E concluía afirmando que:

Portanto, para aqueles que, em nome dos interesses histórico-universais dos trabalhadores, lutam pelo socialismo, a democracia política **não é um simples princípio tático: é um valor estratégico permanente**, na medida em que é condição tanto para a conquista quanto para a consolidação e aprofundamento dessa nova sociedade (COUTINHO, 1979, p. 36 e 37)⁶.

Mas a situação descrita por Carlos Nelson está mudando e piorando rapidamente.

3. A crise do liberalismo político e o avanço do liberalismo econômico e do populismo (de direita)

Após a queda do muro de Berlim, Norberto Bobbio e outros intelectuais liberais, manifestaram a cauta esperança de que o encerramento do período histórico da guerra fria abriria uma nova era de expansão do Estado Democrático de Direito no mundo. Esta esperança (que não se confundia com a tese do fim da história de Fukuyama) se realizou em parte: houve efetivamente uma internacionalização do Estado Democrático de Direito em algumas áreas do mundo como os países do Leste Europeu, e a América Latina, que encerrou o trágico período das ditaduras militares. A “terceira onda”, como a chamou Samuel Huntington (1994).

No entanto, este panorama mudou e está mudando rapidamente nos últimos tempos. Os países que não experimentaram historicamente a democracia, como a China e a Rússia, são governados por regimes de liberalismo econômico (embora com um forte controle estatal) e de autoritarismo político; as primaveras árabes não resultaram em regimes democráticos, mas em guerras civis e/ou ditaduras militares; e nos países de tradição democrática como a Europa e os Estados Unidos a ideologia política que mais cresce é o populismo, nas suas diferentes variáveis.

A esperança em uma democratização das relações internacionais através de uma difusão sempre maior do Estado democrático de Direito de matriz liberal, que seguiu à queda do muro de Berlim, está hoje em crise tanto nos regimes democráticos consolidados como nos novos regimes políticos.

A esperança de uma internacionalização da democracia está sendo substituída por uma descrença na democracia, inclusive nos países onde ela nasceu: ver, por exemplo, o debate suscitado nos Estados Unidos pelo livro de Jason Brennan

⁶ Para Coutinho, o valor estratégico da democracia é o primeiro movimento de um binômio indissolúvel: “não há socialismo sem democracia”, muito mais complexo e difícil é o segundo momento: “não há democracia sem socialismo”. A homenagem ao “método de Lenin”, não esconde a substancial diferença de Coutinho com o líder revolucionário bolchevique, embora ele atribua a Stalin a maior responsabilidade pela eliminação da democracia na União Soviética. Da mesma forma, a crítica ao “formalismo oportunista de Kautsky” não pode esconder a substancial semelhança entre as críticas do filósofo brasileiro e a do “renegado Kautsky” ao marxismo-leninismo. Ver a respeito as observações de Valério Arcary: “Mas, os recém-convertidos à democracia como valor universal não podiam recorrer aos textos de Kautsky como fundamento teórico, porque vinham de uma tradição em que, pelo menos nas palavras, era preciso manter a referência à Revolução de Outubro” (ARCARY, 2002, p. 102).

Against Democracy (2017); e na Europa o crescimento do populismo de direita, cujo maior ideólogo é Alain de Benoist (2017).

Por outro lado, os regimes autoritários como a China e a Rússia estão desafiando as democracias ocidentais em nome de uma superioridade “ética e política” do seu modelo, que reúne autoritarismo político e liberalismo econômico, diante das fragilidades e ineficiências das democracias liberais, que não conseguem dar conta dos processos de globalização econômica, política e social.

No EEUU surgiu recentemente, também em função da vitória inesperada do populismo de Trump, um acirrado debate sobre a democracia, que promove certo “revisionismo”.

Jason Brennan, em 2017, escreveu um livro publicado pela *Yale University Press*, com um título chamativo: *Against Democracy*,⁷ que suscitou um amplo debate. A tese central é a contraposição entre a democracia como uma forma falha, sobretudo devido à incompetência e ignorância do povo sobre os assuntos técnicos sempre mais complexos; e a “epistemocracia”, como poder dos que possuem o conhecimento, os técnicos, retomando assim a contraposição de Platão entre *doxa* e *episteme* e sua defesa em *A República* e *O Político* do governante ser aquele que sabe, o Rei-Filósofo⁸.

Outro autor Yascha Mounk⁹, in *The People Versus Democracy*, afirma que a democracia liberal enfrenta duas situações extremas: ou uma democracia sem direitos, ou direitos sem democracia.

Dois componentes centrais da democracia liberal - os direitos individuais e a vontade popular - estão cada vez mais em guerra uns com os outros. À medida que o papel do dinheiro na política disparou e questões importantes foram retiradas da contestação pública, um sistema de “direitos sem democracia” tomou conta. Os populistas que protestam contra isso dizem que querem devolver o poder ao povo. Mas, na prática, eles criam algo igualmente ruim: um sistema de “democracia sem direitos”¹⁰.

Levitsky and Ziblatt, professores de Harvard, escreveram um livro do título assustador: *How democracies die. What History Reveals about our Future*¹¹, de próxima publicação pela Zahar em português no Brasil. Levitsky esteve recentemente no Instituto Fernando Henrique Cardoso em São Paulo para uma palestra sobre o tema alertando para os perigosos que corre a democracia brasileira, e afirmou:

Apesar de enfrentar uma ‘tempestade perfeita’, devido à conjunção de uma profunda crise econômica com uma das maiores investigações de corrupção da história, nos últimos 25 a 30 anos o Brasil realizou um tremendo trabalho de consolidação de sua

⁷ BRENNAN, Jason. *Against Democracy*. Princeton: Princeton University Press 2017. (eBook)

⁸ PLATÃO. *O Político*. São Paulo: Nova Cultura, 1991 (Os pensadores); PLATÃO. *Protágoras*. Lisboa: Relógio D’Água Ed., 1999; PLATÃO. *República*. Intr., trad. e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Goulbenkian, 2001. Ver a respeito: TOSI, G. – GUIMARÃES, R. *Democracia e Elitismo dos antigos e dos modernos*. Curitiba: CRV, 2020.

⁹ MOUNK, Yascha. *The People versus democracy*. Why our freedom is in danger e how to save it. Cambridge - Massachusetts; London, England: Harvard University Press, 2018. (eBook)

¹⁰ “Two core components of liberal democracy—individual rights and the popular will—are increasingly at war with each other. As the role of money in politics soared and important issues were taken out of public contestation, a system of “rights without democracy” took hold. Populists who rail against this say they want to return power to the people. But in practice they create something just as bad: a system of “democracy without rights.” (p. 14).

¹¹ LEVITSKY, Steven - ZIBLATT, Daniel. *How Democracies Die*. And how ours can be saved. New York: Crown Publishing, 2018. (eBook)

democracia. Não cedam à tentação de colocar um candidato com tendências autoritárias na Presidência.¹²

Outro professor, desta vez de Cambridge, David Runciman afirma que estamos assistindo ao fim do Estado moderno, porque confiamos demais de que a democracia possa sobreviver a seus erros¹³.

Christopher Achen e Larry Bartels, professores em Princeton, reuniram as pesquisas de décadas realizadas conjuntamente em um livro intitulado: *Democracy for Realists. Why Elections do Not Produce Responsive Government*,¹⁴ em que partem da concepção elitista de democracia de Schumpeter para analisar os processos eleitorais e propor uma visão realista da democracia.

Larry Diamond, da Universidade de Stanford, se pergunta se há um declínio global da democracia, após a terceira onda descrita por Huntington¹⁵:

A terceira onda de democratização, nos anos 80 e 90, foi algo sem precedentes na história da humanidade e resultou em grande expansão dos valores e das instituições democráticas tanto América Latina, no Sudeste e no Leste Asiático como no antigo bloco comunista (Europa do Leste e repúblicas da extinta União Soviética). Era inevitável que houvesse algum tipo de refluxo, pois nem todas as jovens democracias da terceira onda seriam sustentáveis, mas o estrangulamento democrático em países de desenvolvimento econômico mediano como Turquia, Tailândia e Venezuela não parecia algo inevitável”, afirmou. Polônia, Hungria e Egito são outros países que preocupam, segundo o palestrante.¹⁶

O sociólogo espanhol Manuel Castells acaba de lançar um livro com um título significativo: *Ruptura. A crise da democracia liberal*.¹⁷ Analisando fenômenos tais como: a crise da representação política, a política do medo, a nova rebelião das massas e os perigos da desunião europeia¹⁸.

Como exemplo prático dessa situação pode ser citado, além do caso mais famoso de Donald Trump, o movimento político italiano, “Cinque Stelle - M5s” fundado poucos anos atrás por um comico, que se tornou o principal partido italiano nas eleições de 2018, e que governa a Itália em aliança com outro partido populista de extrema direita “La Lega”. O M5s defende uma democracia direta de tipo plebiscitário e critica a democracia representativa e a “casta” política.

Não por acaso a plataforma eletrônica utilizada para escolher os candidatos e realizar as sondagem e consultas entre os militantes se chama *Plataforma*

¹² <https://medium.com/funda%C3%A7%C3%A3o-fhc/como-morrem-as-democracias-por-steven-levitsky-fe3f1b9328cc>

¹³ “Talvez este seja o fim do Estado moderno”, diz professor de Cambridge. Folha de São Paulo. 21.01.2028. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/01/1951709-estamos-assistindo-ao-fim-do-estado-moderno-diz-professor-de-cambridge.shtml>. O Prof. Runciman escreveu recentemente um livro intitulado *How Democracy Ends*. New York: Basic Books, 2018.

¹⁴ ACHEN, Christopher - BARTELS, Larry. *Democracy for Realists. Why Elections do Not Produce Responsive Government*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2016.

¹⁵ HUNTINGTON, Samuel P. *A Terceira Onda. A Democratização no Final do Século XX*. São Paulo: Ática, 1994.

¹⁶ <http://fundacaoofhc.org.br/iniciativas/debates/ha-um-declinio-global-das-democracias-mesa-redonda-com-larry-diamond>

¹⁷ CASTELLS, Manuel. *Ruptura. A crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

¹⁸ Ver: Valentina Pazé. *In Nome del Popolo. Il problema democratico*. Bari: Laterza, 2011. Chantal Mouffe. *Por um Populismo de Esquerda. Autonomia Literária*, 2019. *Por um populismo de direita*, ver: BENOIST, Alain de. *Populismo. La fine della destra e della sinistra*. Bologna: Arianna Ed. 2017.

Rousseau. Recentemente em artigo de jornal o administrador desta plataforma (que detém o controle sobre ela) afirmou que em um futuro não muito distante será abolido o parlamento porque a democracia eletrônica direta o tornará supérfluo. Nos mesmos dias, o fundador e líder (alguns dizem dono) do movimento, o comico Beppe Grillo, propôs que os políticos não fossem mais eleitos, mas sorteados como acontecia na antiga Atenas. São ideias que agora estão sendo colocadas à prova dos fatos quando o movimento se torna partido e assume o governo; mas que indicam o novo e preocupante “espírito do tempo”.

O que há em comum entre os estudiosos neste debate é um forte pessimismo sobre as sortes da democracia, com poucas exceções¹⁹. A democracia sofre duas ameaças para a sua sobrevivência: de um lado um elitismo tecnocrático, que defende não o liberalismo político, mas o liberalismo econômico; do outro lado, como reação a esta perda de controle do “povo” sobre a política, a resposta populista.

Bobbio viria com preocupação este movimento, porque era favorável a um liberalismo político e mantinha severas restrições ao liberalismo econômico, assim como era um crítico do populismo, que considerava uma forma de demagogia ou de democracia plebiscitária com rasgos autoritários, quando não totalitários.

A concepção e democracia de Bobbio procurava evitar dois extremos:

- a) o primeiro extremo leva a uma concepção restrita de cidadania, de tipo censitário, que defende a necessidade da desigualdade econômica e social com algo benéfico para o desenvolvimento do mercado, que não tem compromisso com a democracia, nem com os direitos sociais, e que prega um Estado mínimo, menos Estado e mais mercado e uma concepção individualista radical.
- b) A segunda uma democracia plebiscitária que tende a tirania da maioria, ou a uma forma de democracia totalitária ou autoritária, no pressuposto de que há um povo, com uma vontade geral, um interesse unívoco etc.

E são justamente estes dois movimentos e ideologias políticas que estão crescendo.

O avanço do neoliberalismo, como ideologia e como prática, após a queda do muro de Berlim e o fim do comunismo soviético é, como havia visto Bobbio, uma séria ameaça à democracia, porque retira do controle democrático as decisões efetivamente importantes que dizem respeito à economia, que são tomadas em centros de poder e lobbies inacessíveis, que estão acima e além do controle estatal: é a revanche das oligarquias e dos poderes invisíveis.

Esta hegemonia neoliberal e globalizante é o alvo preferido **do populismo**; um fenômeno complexo que alia duas componentes essenciais: compartilha os

¹⁹ Indo, como sempre, contracorrente Steven Pinker, professor em Harvard, (autor de *Os anjos bons da nossa natureza*. Como a violência diminuiu. São Paulo: Companhia das Letras), é um dos poucos que defendem a tese de que não há um declínio da democracia. Ver: *Steven Pinker escreve sobre vantagens do sistema político ocidental*. Em artigo com Robert Muggah, linguista afirma que a capacidade de resistência da democracia é motivo de otimismo. Folha de São Paulo 22.04.2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/04/steven-pinker-escreve-sobre-vantagens-do-sistema-politico-ocidental.shtml> . No jornal *La Repubblica* do dia 20.07.2018apareceu uma entrevista a Steven Pinker em que ele afirma que o Iluminismo vai vencer o populismo: https://rep.repubblica.it/pwa/intervista/2018/07/20/news/steven_pinker_ecco_perche_i_populisti_perderanno_-202311403

pressupostos da democracia direta na sua forma plebiscitária, ou seja, da existência (simbólica, mítica) de um povo, de uma vontade geral, de um bem comum e ao mesmo tempo, compartilha do elemento elitista: o líder é chamado mais do que a representar, a defender, personificar, hipostatizar/substancializar este poder popular; a massa popular contra a elite ou a casta política e os “poderes fortes”. E o populismo, sobretudo de direita, é hoje o movimento que mais cresce na Europa e nos Estados Unidos.

Bobbio viria também com preocupação o **ressurgimento dos nacionalismos**, hoje chamados de soberanismo, que vai em direção exatamente contrária ao seu cosmopolitismo e que está tentando desagregar a União Europeia, um dos processos mais exitosos de integração regional de tipo federalista e democrático; assim como o avanço dos fundamentalismos religiosos na esfera pública e no assalto ao Estado laico.

Outro aspecto significativo de uma mudança epocal é a crítica sempre mais forte aos **direitos humanos**, o outro tema, junto com a democracia e a paz caro a Bobbio.

Como mostra Bobbio em *A Era dos Direitos*,²⁰ sempre houve críticas de esquerda e de direita aos direitos humanos desde a revolução francesa até hoje²¹, mas após a segunda guerra mundial, houve um esforço conjunto de convergência de diferentes doutrinas políticas, religiosas, filosóficas para dar uma fundamentação à DUDH²²; convergência que se fortaleceu após a queda do muro de Berlim, o fim da guerra fria e a conferência de Viena de 1993.

Os DHs nunca gozaram de unanimidade, mas durante algum tempo houve de uma aceitação bastante ampla, o que está mudando recentemente tanto no senso comum das pessoas, como na compreensão dos intelectuais e líderes políticos. Somente dois exemplos:

À esquerda o panfleto de Slavoj ŽIŽEK, *Contra os direitos humanos*, (2010) de um lado, que retoma e atualiza e radicaliza as críticas marxistas aos DHs; e do outro *Beyond Human Rights*. 2011, p. 4 (Kindle), uma resenha sobre as várias críticas históricas contra os direitos humanos, que coloca em dúvida, sobretudo a sua pretensão de universalidade que esconderia um projeto político de hegemonia do Ocidente.

Ao contrário, se reivindica o particularismo de cada cultura e tradições culturais até certo ponto inconciliáveis com outras tradições, o que levanta uma perspectiva de um choque de civilizações, mais de que uma convergência e coloca sérias dúvidas quanto à possibilidade de um cosmopolitismo. Também reaparece a doutrina da superioridade de certa cultura sobre outras, um certo retorno a uma mentalidade neocolonial, bastante difusa contra a qual se dirigem as análises (de)coloniais.

Conclusão.

²⁰ BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

²¹ Ver: TOSI, Giuseppe. – FRAGOSO, Williard. S. P. *As críticas de direita e esquerda aos direitos humanos*, *Problemata*, V. 8 n. 1, 2017.

²² A UNESCO publicou recentemente um número especial da revista relembrando este momento: The UNESCO Courier. *Human Rights: back to the future*. October-Dezember 2018. Disponível em: <https://en.unesco.org/courier/2018-4>

Após a queda do muro de Berlim que encerrou definitivamente o ciclo das revoluções (burguesas e socialistas), entrou em crise não somente a perspectiva socialista e social democrática, mas entrou em crise o liberalismo político e social; e se assiste ao avanço do neoliberalismo e do populismo de extrema direita. Assim a perspectiva socialista está se afastando sempre mais do horizonte político do Ocidente e mais em geral do mundo: e o Brasil pode ser a “vanguarda do atraso”, deste processo de autoritarismo e de barbárie que está se acelerando perigosamente depois da queda da Dilma, da prisão do Lula, da vitória de Bolsonaro todos momento de um golpe programado e articulado interna e internacionalmente que levou ao governo, mas diria mais ainda ao poder, um bloco histórico de aliança entre militarismo e justicialismo muito difícil de vencer e que veio pra durar também porque faz parte de uma onda de uma tendência quase que mundial.

A pergunta que muitos se fazem é: “há ainda lugar para uma teoria da revolução no século XXI?” Eu a reformularia assim: “temos uma teoria política de esquerda à altura dos desafios que o século XXI nos apresenta?” Não sei, mas para não dizer que só falei (mal) de Marx, ele tinha razão em um ponto: assim como o capitalismo criou o mercado global, é preciso que haja uma solução política global; que não se vê no horizonte em um momento da multipolaridade e de uma tendência anárquica de cada Estado agir no interesse próprio aumentando perigosamente os problemas, sociais, ecológicos, as desigualdades, as migrações, as guerras sem que se veja no horizonte uma solução.

Tempos difíceis nos esperam!

REFERÊNCIAS

ACHEN, Christopher - BARTELS, Larry. *Democracy for Realists. Why Elections do Not Produce Responsive Government*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2016.

ARCARY, Valério. Kautsky e as origens históricas do centrismo na esquerda. In: *Revista Outubro*. N. 7, 2002, p. 77-102. 2002, p. 102.

BERLINGUER, Enrico. *Democracia, valor universal*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2009, 196p. [Marco Mondaini: seleção, tradução, introdução e notas].

BENOIST, Alain de. *Populismo*. La fine della destra e della sinistra. Bologna: Arianna Ed. 2017.

BENOIST, Alain de *Beyond Human Rights*. Defending Freedoms. Arktos Media 2011 (Kindle).

BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOBBIO, N. *Qual Socialismo?* Debate sobre uma alternativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BRENNAN, Jason. *Against Democracy*. Princeton: Princeton University Press 2017. (e.Book)

CASTELLS, Manuel. *Ruptura*. A crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

HUNTINGTON, Samuel P. *A Terceira Onda. A Democratização no Final do Século XX*. São Paulo: Ática, 1994.

LEVITSKY, Steven. ZIBLATT, Daniel. *How Democracies Die. And how ours can be saved*. New York: Crown Publishing, 2018. (e.book)

LYRA, R. P. Kautsky e a crítica marxista do bolchevismo. In: LYRA, Rubens Pinto - MENESES, Jaldes Reis. (Org.). *Marxismos na contemporaneidade: tópicos de política, economia e direito*. 1ed. João Pessoa: Editora UFPB, 2013, v. p. 100-145.

MARX, Karl. Crítica do Programa de Gotha. In: ____; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, s/d (v. 2), p. 203-234.

MOUFFE, Chantal. *Por um Populismo de Esquerda*. Autonomia Literária, 2019.

MOUNK, Yascha. *The People versus democracy. Why our freedom is in danger e how to save it*. Cambridge - Massachusetts; London, England: Harvard University Press, 2018. (e.Book)

PAZÈ, Valentina. *In Nome del Popolo. Il problema democratico*. Bari: Laterza, 2011.

PINKER, Steven. *Os anjos bons da nossa natureza. Como a violência diminuiu*. São Paulo: Companhia das Letras.

PLATÃO. *O Político*. São Paulo: Nova Cultura, 1991 (Os pensadores).

PLATÃO. *Protágoras*. Lisboa: Relógio D'Água Ed., 1999.

PLATÃO. *República*. Intr., trad. e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Goulbenkian, 2000.

RUNCIMAN, David. *How Democracy Ends*. New York: Basic Books, 2018.

TOSI, Giuseppe. – FRAGOSO, Williard. S. P. *As críticas de direita e esquerda aos direitos humanos, Problemata*, V. 8 n. 1, 2017.

TOSI, G. – GUIMARÃES, R. *Democracia e Elitismo dos antigos e dos modernos*. (Ensaio) Curitiba: CRV, 2020.

TOSI, G. – GUIMARÃES, R. *Democracy and Elitism of Ancients and Moderns. Essays* Curitiba: CRV, 2024 (English edition).

TOSI, G. Democracia, Liberalismo e Socialismo em Norberto Bobbio. Uma resposta a Vitullo e Scavo. *RIDH | Bauru*, v. 5, n. 2, p. 51-78, jul./dez., 2017 (9).

ŽIŽEK, Slavoj. Contra os direitos humanos. *Mediações*, Londrina, v. 15, n.1, p. 11-29, Jan/Jun. 2010.